

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gerência-Geral de Consultoria Temática

**MINAS GERAIS – IMPACTOS DA CRISE
FINANCEIRA SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO**

Belo Horizonte, 27 de março de 2009.

MINAS GERAIS – IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO

Gerência-Geral de Consultoria Temática

Coordenação: Suzanne Bouchardet

Elaboração:

Ana Carolina Pinheiro Euclides

Antônio Alves de Brito

Carlos Arthur Hoffmann Filho

Isabela Cruz Moreira

Júlio Cadaval Bedê

Mônica Rodrigues Campomori

Paulo César Quintal Scofield Soriano

Renata Inácia Pereira da Silva

Suzanne Bouchardet

Março de 2009

MINAS GERAIS – IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA NA ECONOMIA DO ESTADO

INTRODUÇÃO

A crise financeira que teve início no mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos há pouco mais de um ano se alastrou pelas economias do mundo, provocando uma crise de crédito sem precedentes na história do capitalismo. A queda generalizada nos preços e na demanda dos bens comercializáveis nos mercados internacionais teve conseqüências perversas para as economias da maioria dos países, especialmente dos exportadores de commodities. O Brasil vem sofrendo os impactos da crise, que contaminou a economia pela contração de crédito e pela queda das exportações e da produção industrial. Os reflexos negativos sobre o nível de atividade econômica e sobre o mercado de trabalho já são visíveis.

Em Minas Gerais, o cenário não é diferente. Os resultados da produção industrial mineira já refletem a queda na demanda internacional por produtos exportáveis. A queda no nível de atividade econômica e a conseqüente redução na arrecadação de impostos já produziram efeitos nas finanças do Estado e dos municípios. Os índices de emprego e desemprego também já apontam para uma possível deterioração do mercado de trabalho este ano.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, este trabalho pretende avaliar o impacto da crise sobre a economia de Minas Gerais. A presente análise está dividida em dois eixos principais, quais sejam “setor real” e “finanças públicas”.

No eixo “setor real” foram avaliados os efeitos da redução das demandas interna e externa sobre o setor produtivo do Estado, mais especificamente a indústria, a agropecuária e o comércio, e seus reflexos sobre o mercado de trabalho.

O que se pôde observar foi que, em razão do perfil do setor industrial mineiro, que concentra 68% do PIB do setor na indústria extrativa mineral e na de transformação, a redução da demanda e dos preços internacionais das commodities minerometalúrgicas teve impacto importante na produção industrial do Estado, confirmada pela queda de 4,71% no PIB do setor, no último trimestre do ano passado.

A despeito da forte desaceleração econômica ocorrida nesse período, os segmentos das produções animal e vegetal no Estado apresentaram crescimento anual médio de 16,1% em 2008. Já o PIB do agronegócio apontou crescimento de 14,8%. Porém, apesar dos bons resultados do setor, que se beneficiou fortemente do aumento

dos preços das commodities agrícolas nos últimos anos, a expectativa para 2009 é de que o PIB retroceda aos patamares de crescimento registrados em 2004 e 2005, devido à queda da demanda internacional por esses produtos.

Em relação ao comércio mineiro, observou-se uma desaceleração do crescimento das vendas do setor a partir de setembro de 2008, invertendo a trajetória iniciada em janeiro do mesmo ano, a taxas crescentes, em janeiro do mesmo ano, na série de comparação anual. As vendas de veículos foram as mais afetadas, dada a redução no volume de crédito ao consumidor para compra de veículos novos. As condições favoráveis de crédito, somadas à melhora do rendimento real e do emprego, que foram os principais fatores de sustentação do resultado positivo do setor nos últimos anos, podem não permanecer em 2009, tendo em vista a perspectiva de queda do nível de atividade econômica em decorrência da crise internacional.

A análise de dados sobre emprego e renda revela que a queda na produção industrial no último trimestre do ano passado produziu efeitos sobre o mercado de trabalho. Nesse período foram fechados 179.000 postos de trabalho no Estado. A reação esboçada no primeiro bimestre do ano corrente, com redução das demissões e aumento das contratações, por sua vez, não foi suficiente para fazer reverter o quadro, pois o saldo do bimestre ainda é negativo. Nesse período foram fechados 27.669 postos de trabalho no Estado.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte também cresceu, de 5,2%, em novembro de 2008, para 6,8%, em fevereiro deste ano. Porém, apesar de ter crescido nesse período, ela se mantém em patamar baixo, se comparada às taxas observadas na série histórica de 2002 a 2008.

O rendimento médio real habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – cresceu 2,4% em fevereiro de 2009 na comparação com janeiro do mesmo ano, e 8,3%, na comparação com fevereiro de 2008. No entanto, a massa de rendimento real efetivo da população ocupada na RMBH, estimada em R\$ 2.751 milhões, em janeiro deste ano, apresentou queda de 24,3% em relação a dezembro de 2008. A tendência, caso se confirme a expectativa de crescimento na taxa de desemprego, é de redução na massa de rendimento da população ocupada em 2009.

No eixo “finanças públicas”, procurou-se analisar o impacto da crise econômica sobre as finanças do Estado e dos municípios. Observou-se que, caso se confirmem as expectativas de queda na arrecadação de ICMS – que, num cenário razoável, poderia ser

de 5% este ano –, será pequena a margem de atuação do Estado no redimensionamento de despesas, com vistas ao equilíbrio orçamentário. Por outro lado, uma ação mais forte de intervenção do Estado no domínio econômico, com vistas a compensar a queda do investimento privado por meio do aumento do investimento público, é pouco plausível, dadas as restrições orçamentárias, em um cenário de queda de arrecadação.

Em relação às finanças municipais, a crise vem se refletindo na redução das receitas relativas às transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. A redução da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, decorrente da queda no nível de atividade econômica e da redução do imposto sobre a venda de automóveis, e a queda na produção e na exportação de commodities minerometalúrgicas reduziram a receita de transferências do FPM e da CFEM para os municípios, especialmente para os mais pobres e os de pequeno porte. Dado o alto nível de dependência desses municípios em relação às receitas de transferências, é de se esperar, portanto, impacto negativo nas receitas municipais, o que afetará certamente a capacidade desses municípios, seja de investimento, seja de prestação dos serviços públicos.

EIXO ECONOMIA REAL:

PRODUÇÃO

O impacto da crise financeira internacional na economia mineira já é visível, segundo os dados do PIB do último trimestre do ano passado, divulgados pela Fundação João Pinheiro. Pelos dados da Tabela 1, abaixo, pode-se verificar a inversão na trajetória de crescimento da economia mineira, que vinha crescendo acima da média nacional até o 3º trimestre do ano passado.

Tabela 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 2007/2008 – Variação (%) em relação a igual trimestre do ano anterior		
Ano / Trimestre	Minas Gerais	Brasil
2007/T4	7,69	6,14
2008/T1	6,58	6,12
2008/T2	9,68	6,20
2008/T3	8,77	6,81
2008/T4	0,04	1,27

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Indústria Mensal – Produção Física (PIM - PF)

Vale ressaltar a forte desaceleração do PIB no último trimestre de 2008, quando comparados o resultado deste período com o mesmo do ano anterior. Em que pese o resultado do último trimestre, Minas Gerais fechou o ano com expansão acumulada de 6,28% do PIB, contra 5,08% de expansão do PIB nacional.

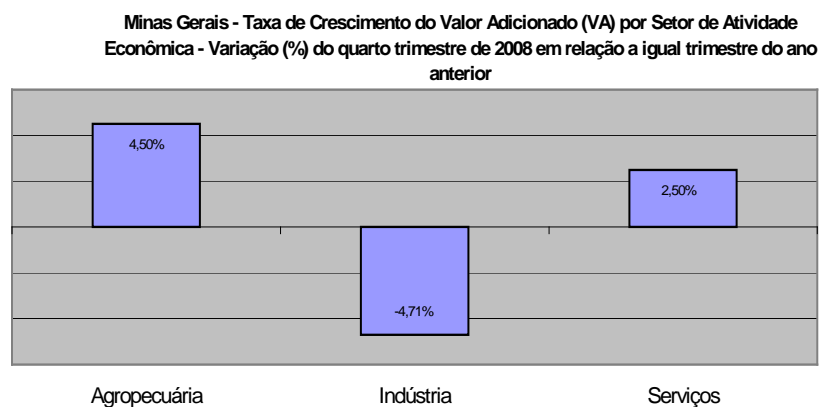
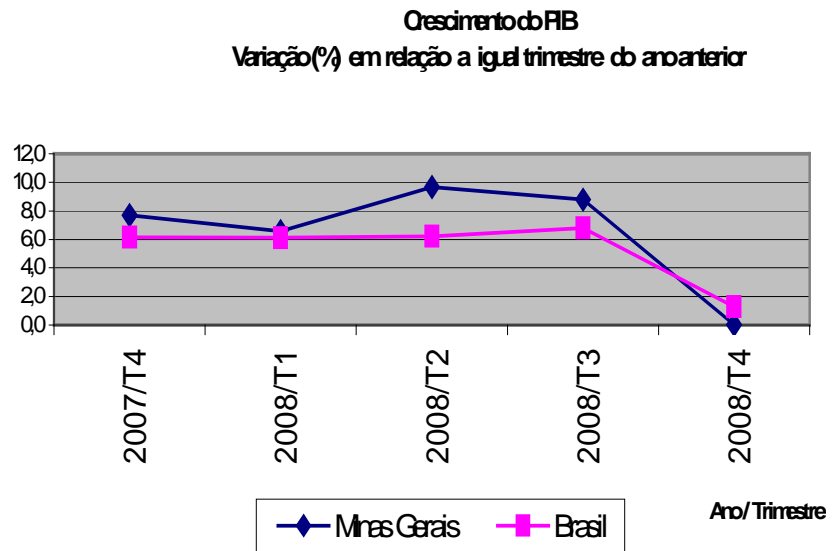
A análise do desempenho setorial mostra que o fraco desempenho da economia mineira no quarto trimestre de 2008 deveu-se à forte desaceleração do PIB industrial (-4,71%), referente a

um setor que participa com 31,9% do PIB total do Estado. Esse resultado se explica em razão do perfil do setor industrial mineiro, que concentra 68% do PIB do setor na indústria extrativa mineral e na de transformação. Vale lembrar que nesses segmentos estão inseridas as indústrias exportadoras de commodities minerometalúrgicas e as do setor automotivo, segmentos que sofrem diretamente o impacto da crise, pela redução na demanda e do preço internacional de commodities. Os dados do PIB setorial mostram desaceleração de 22,8% da indústria extrativa e de 9,6% da indústria de transformação, cujos resultados refletem

a forte desaceleração dos segmentos “metalurgia básica” (-14,5%) e “veículos automotores” (-35,95%).

A Tabela 2 evidencia o reflexo da concentração do PIB industrial mineiro nas

indústrias extrativa mineral e de transformação. Comparados os resultados do PIB

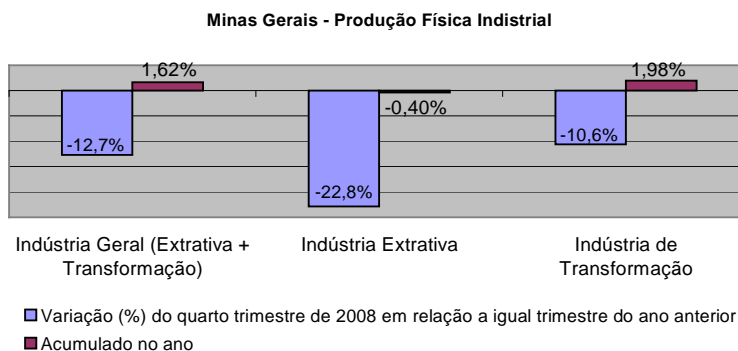


industrial de Minas Gerais com os do PIB nacional do mesmo setor, verifica-se que o resultado de Minas foi pior do que a média nacional.

Tabela 2 – Minas Gerais – Taxa de Crescimento do <u>Valor Adicionado</u> (VA), Segundo Setores de Atividade Econômica – 2008			
Minas Gerais	4º Trimestre (1)	Brasil	4º Trimestre (1)
Agropecuária	4,5%	Agropecuária	2,2%
Indústria	-4,7%	Industrial	-2,1%
Serviços	2,5%	Serviços	2,5%

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Indústria Mensal – Produção Física (PIM - PF)
(1) Compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior

O desempenho da indústria no último trimestre de 2008 confirma os dados acima. O resultado da produção física da indústria mineira aponta crescimento de 1,62% no acumulado do ano, conforme pode ser observado no gráfico ao lado. Já no quarto trimestre, observa-se uma queda substancial de 12,72% na produção industrial, resultado das quedas de 22,83% na indústria extrativa mineral e de 10,58% na indústria de transformação. A participação negativa mais visível no índice global vem da indústria extrativa, cujo resultado reflete a queda acentuada na extração de minérios de ferro, decorrente da redução da demanda internacional por esses produtos.



Ressalta-se a queda substancial na produção de veículos automotores (-35,95%), com reflexos significativos no resultado da indústria de transformação.

Mineração e Siderurgia

A economia mineral é determinante para a economia do Estado de Minas Gerais. Possuidor de uma das províncias minerais mais ricas do planeta, o Estado prima não só pelas quantidades estocadas em seu território, mas também pela variedade de substâncias. Minas concentra cerca de 44% da produção mineral brasileira. A indústria extrativa mineral tem participação histórica de cerca de 3,3% na formação do PIB estadual. Quando contemplada a extração em conjunto com a metalurgia básica, os

minerais não-metálicos e os produtos de metal, segmentos de indústria da transformação, obtém-se a visão adequada da economia mineral no PIB, aproximadamente 17%, segundo o Sindiextra.

O cenário mundial pré-crise econômica caracterizava-se pela aceleração de consumo comandada pelo crescimento e pela melhor distribuição de renda nos países em desenvolvimento. China, Índia, Rússia, Brasil e México impunham à economia internacional ritmo acelerado e, nesse contexto, a demanda por bens minerais básicos, fossem minérios ou metais, cresceu a ponto de a expressão “boom da mineração” tomar conta dos noticiários e dos artigos sobre economia. A crise, então, era de mão-de-obra qualificada para a mineração e a siderurgia. Os investimentos no setor mineral, anunciados para o período de 2007 a 2010, em Minas Gerais, chegaram a R\$ 40 bilhões. Oportunamente, os prefeitos das cidades mineradoras levantaram a voz em defesa da revisão das regras do “royalty” da mineração, a Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral – CFEM –, paga pelas mineradoras ao poder público. A ALMG participou ativamente das discussões em torno dessas questões, ao realizar, em junho de 2008, o Seminário Legislativo Minas de Minas, com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de uma política minerária estadual.

O setor mineral (extração e transformação), porém, é o primeiro a ser afetado pela crise internacional, e de forma contundente, o que explica a queda mais expressiva da atividade industrial em Minas: de -16,4%, em dezembro, quando comparada com o mês anterior, que, na média brasileira, foi de -12,4%. A retração da atividade mineral em Minas é explicada pela elevada participação das exportações na destinação da produção mineira.

Segundo informações da Fiemg, a produção física da indústria extrativa em dezembro de 2008 se retraiu em 50,8%, quando comparada ao mesmo mês de 2007, e 34,6% em relação ao mês anterior (dado não dessazonalizado). (Vide Tabela 3)

Tabela 3 – Variação da produção física de Minas Gerais (%)			
Setor	Dez08/Nov08	Dez08/Dez07	Acum. 08
Indústria geral	-22,0	-27,1	+1,6
Indústria extrativa	-34,6	-50,8	-0,4
Indústria de transformação	-20,0	-22,2	+2,0
Minerais não-metálicos	-8,7	8,1	11,3
Metalurgia básica	-25,0	-35,5	-0,5
Produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos)	-21,4	-29,6	+1,5

Fonte: IBGE (Fiemg)

Minério de Ferro

O minério de ferro, substância mineral responsável por cerca de 50% da pauta de exportações de Minas, seguindo a tendência do setor nos últimos anos, teve suas vendas externas elevadas a níveis recordes. Nesse contexto, merece destaque a trajetória dos preços internacionais dessa substância.

O mercado global de minério de ferro é dominado por três empresas, BHP Biliton e Rio Tinto, ambas anglo-australianas, e Vale. Juntas, foram responsáveis por 75% do comércio em 2008: aproximadamente 800 milhões de toneladas.

Após uma seqüência de reajustes de preços apoiados na elevação da demanda das siderúrgicas, em especial as chinesas, que elevaram em até 400% o valor absoluto da *commodity*, os altos estoques e a redução da produção de aço, via demanda deprimida, geraram um colapso no comércio de minério. A siderurgia em todo o mundo, a partir de meados do ano passado, teve sua produção reduzida em cerca de 24%. Do lado das mineradoras, a redução da produção não foi maior que a queda da demanda de seus consumidores, o que aponta para redução futura ainda maior dos preços. Segundo a agência Reuters, os preços do minério de ferro devem cair cerca de 30% em 2009, o que significa, apesar de tudo, a 2ª posição no *ranking* histórico de preços desse mercado, atrás apenas dos praticados em 2008.

Também no mercado interno, a redução da produção do segmento de metalurgia básica, 25% entre novembro e dezembro de 2008, não deixa espaço para a manutenção dos preços do minério de ferro.

Notícias recentes, porém, dão conta de que os estoques de minério de ferro da China estão próximos do esgotamento, o que pode abrir espaço para a manutenção da produção mineral, porém a preços menos exuberantes.

Os fatos recentes estão suscitando a discussão sobre o modelo operacional do mercado de minério de ferro internacional, hoje fundado em negociações pesadas entre o grupo de mineradoras e o grupo de siderúrgicas, que definem um preço-padrão para um período de tempo. Esse sistema, historicamente, interessa às produtoras de aço, pois impede que haja variações momentâneas da cotação do minério que sejam incompatíveis com o mercado de *commodities* metálicas (laminados, fios-máquina, perfis, vergalhões, etc.). As firmes justificativas para a manutenção do preço-padrão, em contraposição a um



sistema mais flexível de entrega imediata, começam a perder consistência frente ao anúncio de uma era de maiores flutuações de demanda de aço. Mais uma vez, as mineradoras podem ser beneficiadas, resultado claro da concentração de mercado.

Ferro Gusa

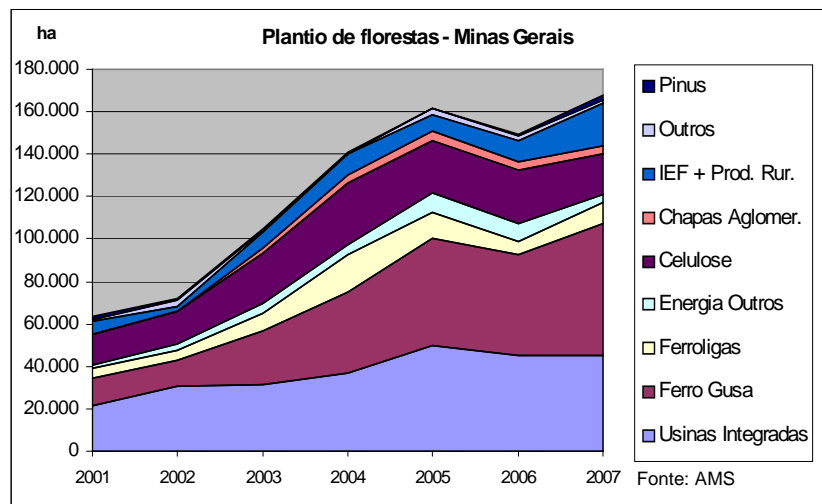
Minas Gerais detém 75% das empresas de ferro gusa e 68% dos altos-fornos do País, com capacidade de produção de 8 milhões de toneladas/ano. A utilização de carvão vegetal como redutor e energético da siderurgia em 35% da produção estadual, a despeito de toda a polêmica ocasionada pela fabricação de carvão a partir de florestas naturais, coloca Minas como o maior produtor mundial de ferro gusa “verde”, ou seja, carboneutralizado.

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA BRASILEIRA

PRODUTOS	JAN/FEV		09/08 (%)	DEZ 2008	JAN 2009	FEVEREIRO		09/08 (%)	ÚLTIMOS 12 MESES
	2009(*)	2008				2009(*)	2008		
	Unid.: 10 ³ t								
AÇO BRUTO	3.270,4	5.680,6	(42,4)	1.649,4	1.616,6	1.653,8	2.709,6	(39,0)	31.305,8
LAMINADOS	2.153,9	4.286,0	(49,7)	928,6	1.020,8	1.133,1	2.035,2	(44,3)	22.561,1
PLANOS	1.131,6	2.545,4	(55,5)	606,5	509,6	622,0	1.185,5	(47,5)	12.918,6
LONGOS	1.022,3	1.740,6	(41,3)	322,1	511,2	511,1	849,7	(39,8)	9.642,5
SEMI-ACABADOS PVENDAS	708,1	1.001,1	(29,3)	159,1	315,7	392,4	458,6	(14,4)	5.783,8
PLACAS	560,1	731,8	(23,5)	123,5	247,1	313,0	332,8	(5,9)	4.220,3
LINGOTES, BLOCOS E TARUGOS	148,0	269,3	(45,0)	35,6	68,6	79,4	125,8	(36,9)	1.563,5
FERRO-GUSA	3.348,9	6.052,8	(44,7)	1.815,5	1.681,9	1.667,0	2.895,8	(42,4)	32.221,0
USINAS INTEGRADAS	2.650,9	4.548,3	(41,7)	1.463,5	1.331,9	1.319,0	2.160,6	(39,0)	24.632,0
PRODUTORES INDEPENDENTES	698,0	1.504,5	(53,6)	352,0	350,0	348,0	735,2	(52,7)	7.589,0
FERRO-ESPONJA	11,0	41,7	(73,6)	0,0	0,0	11,0	10,7	2,8	271,7

(*) Dados Preliminares.
Fonte: IBS

Esse setor é extremamente sensível às variações da demanda internacional, uma vez que exporta mais da metade de sua produção. Sujeito à mesma euforia que atingiu o minério de ferro com preços e demanda excepcionais, o preço do gusa retrocedeu ao valor de 2007 (de US\$ 830/ton para US\$ 430/ton), a partir de setembro último, arrastado pela abrupta interrupção de vendas. O Sindifer estima que 80% dos altos-fornos de produtores independentes, ou não-integrados, estão paralisados, o que já ocasionou cerca de 2,2 mil demissões.



Contribui para esse quadro a redução da demanda interna do setor de fundição, que aplica o gusa na fabricação de peças para o setores de automóveis, máquinas e equipamentos.

Ainda relacionada à cadeia de produção do gusa, vale relatar a paralisação e a desvalorização da produção de carvão vegetal e, provavelmente, o desaquecimento da silvicultura. Do carvão vegetal consumido em Minas, cerca de 55% são oriundos de florestas plantadas, silvicultura, e o restante provém do aproveitamento de material lenhoso gerado por abertura ou reforma de áreas para a produção agropecuária. Dos 45% oriundos de florestas nativas, apenas um terço tem origem no território mineiro; o restante vem da Bahia e de Goiás, entre outros Estados. A desaceleração do gusa em Minas afeta, portanto, a economia de todas essas regiões fornecedoras.

Por sua vez, a silvicultura, tema de uma Comissão Especial da ALMG em 2004, motivada pelo que se denominava “apagão florestal”, teve sua expansão acentuada nos últimos anos, com vistas ao atendimento futuro da demanda de madeira, em especial para a fabricação do carvão. A deficiência de linhas de crédito adequadas para o setor florestal, visto que é um investimento de longa maturação, atrela o plantio de novas áreas à situação de caixa dos grandes consumidores, o que leva à expectativa de redução de atividades também nesse segmento no ano de 2009.

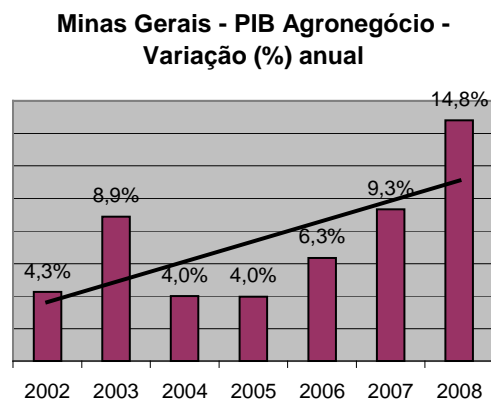
Agricultura

A despeito da forte desaceleração econômica ocorrida no período, os segmentos da produção animal e vegetal no Estado apresentaram, segundo dados da FJP, crescimento anual médio de 16,1%. A agricultura se destacou pela elevação de 22,4% na produção vegetal. Todos os produtos de elevada tonelage (Tab. 4) tiveram crescimento significativo da safra, com destaque para o café (+43,5%) e a cana-de-açúcar (+24%), o que explica a elevação geral da produção. O café, como cultura de produção bianual, deve principalmente a essa característica a produção alcançada, sendo a expansão de área de cultivo a justificativa para a safra recorde da cana.

Tabela 4 – Produtos de tonelage elevada – Minas Gerais		
Produto	Safra 2007/2008 (t)	Varição (safra anterior)
Café	2.833.258	43,5%
Cana-de-açúcar	48.043.716	24,0%
Milho	6.608.230	8,9%
Batata inglesa	1.203.836	6,9%
Soja	2.536.230	4,9%

Fonte: Fundação João Pinheiro

Estudo do Cpea-Esalq, patrocinado pela Faemg e pela Seapa, sobre o PIB do agronegócio mineiro, apontou um crescimento de 14,8% em 2008. Nesse estudo é proposto um recorte que inclui, além do segmento básico de produção agrícola, o segmento de insumos, a agroindústria e a distribuição, compondo um cenário completo das cadeias produtivas.



Observa-se, no gráfico acima, uma forte expansão do setor, a partir de 2005, beneficiado fundamentalmente pelo aumento dos preços das commodities agrícolas, resultante do crescimento da demanda internacional por produtos básicos. A expectativa do setor para 2009, no entanto, é de que o PIB retroceda aos patamares de crescimento registrados em 2004 e 2005, devido à queda da demanda internacional por esses produtos.

Fig. - 1: Agronegócio Mineiro participação dos segmentos no PIB 2008

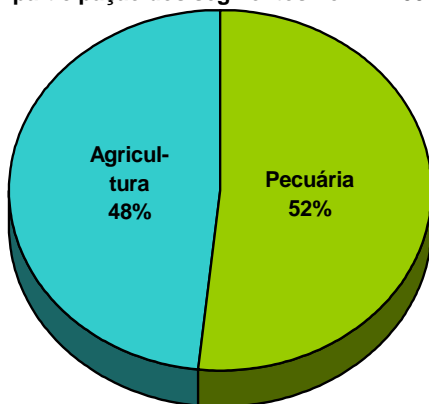
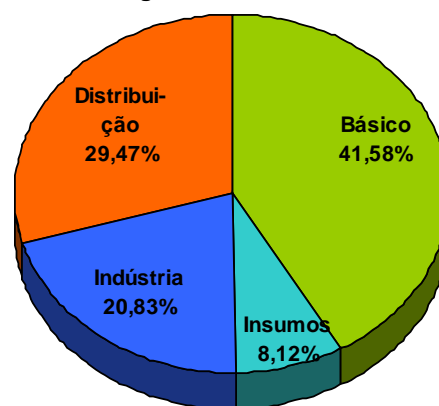


Fig. 2- Agronegócio Mineiro segmentos - PIB 2008



A participação da agricultura e da pecuária no PIB do agronegócio, de R\$ 90,54 bilhões, é de respectivamente 48,2% e 51,8% (Fig. - 1). A importância de cada segmento pode ser observada na Fig. 2. Vale ressaltar que o segmento de insumos foi o que apresentou melhor desempenho no ano (41,22% de crescimento), puxado pelos reajustes dos preços de adubos e fertilizantes, que tiveram aumento real de 64,06% no ano. Esse fato chama a atenção quando analisado à luz da renda e da competitividade do produtor rural. Induzido à adoção de um padrão tecnológico elevado, dependente de insumos modernos, o produtor vê a rentabilidade do segmento básico migrar para o de insumos. O

resultado já constatado é o recuo de 1,35% no consumo de fertilizantes, o que, em última análise, reduz a produtividade das culturas.

Apesar do impacto geral da retração das exportações no 4º trimestre de 2008 e da continuidade desse processo nos primeiros meses de 2009, certas cadeias produtivas apresentam-se mais sensíveis que outras. É o caso típico da cafeicultura.

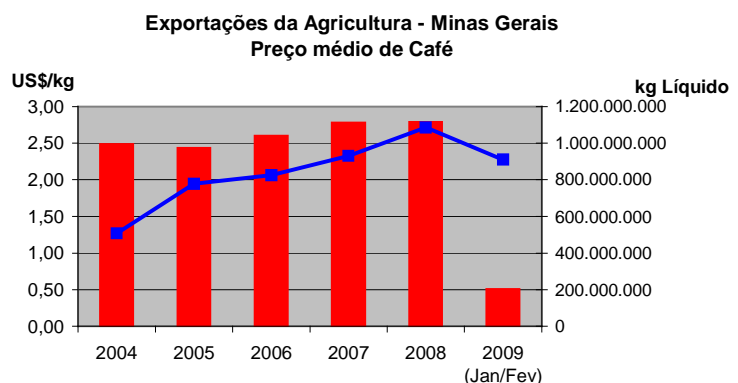
Cafeicultura

A começar pela condição do ciclo bianual do café, que exige a adoção de estratégias de estocagem para a regulação dos preços de mercado, a produtividade da cultura é altamente relacionada com os gastos em fertilização do solo. Além disso, quando praticada em áreas não mecanizáveis, como o Sul de Minas e a Zona da Mata, caracteriza-se pela aplicação intensiva de mão-de-obra, sendo, conseqüentemente, alvo preferencial da fiscalização trabalhista.

No campo financeiro, reflexo de um processo de transferência de renda da produção para a indústria e de crises sucessivas de mercado nos últimos 20 anos, o setor acumula uma dívida elevada, com encargos não compatíveis com a rentabilidade proporcionada pela cultura.

Todos esses fatores têm induzido a mudanças estruturais no modo de produção do café, o que, de forma previsível, gera incômodo a uma classe de produtores tradicional e acostumada com a abundância. Nascido em terras mineiras, o movimento denominado “SOS Cafeicultura” promoveu, no dia 16 de março de 2009, a “Marcha pelo café”, sob coordenação da CNA e da Faemg, reunindo cerca de 25 mil produtores de Minas e de outros Estados. O movimento tem dois objetivos básicos: o reescalonamento da dívida dos produtores em 20 anos pelo sistema de equivalência-produto e a obtenção de garantia de preço mínimo remunerador com base no custo da produção.

A grande adesão ao movimento pode ser parcialmente explicada pela cotação do café em coco em 18/3/2009, de R\$ 260/sc 60kg, ou seja, US\$ 1,93/kg, equivalente a 81% do preço considerado adequado pelas lideranças do setor, R\$ 320/sc 60kg (US\$

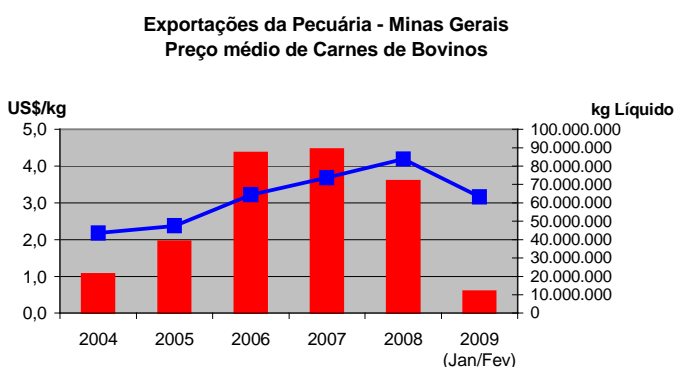


2,37/kg). Vale registrar que o valor médio de exportação do grão em 2008 foi de US\$ 2,71/kg e de US\$ 2,27/kg nos meses de janeiro e fevereiro de 2009.

Pecuária

A pecuária, segundo o estudo do Cepea, teve um desempenho melhor que o da agricultura, tendo sido observada expansão de 31,23% no PIB do complexo, em 2008. Aparentemente o resultado se deve à expansão do mercado interno em função da melhor distribuição de renda e à elevação dos preços internacionais da carne.

A exportação de carne, após um processo de expansão vigorosa entre 2004 e 2006, registrou em 2007 um período de estabilidade e, em 2008, uma retração de 19,4% na quantidade e 8,3% no faturamento (Secex – MDIC). A retração no último ano foi motivada em grande parte pela suspensão, seguida de retomada paulatina, da importação de carne brasileira pela União Européia.



Porém, o forte declínio das vendas e do preço internacional da carne bovina, no 4º trimestre de 2008 e nos dois primeiros meses de 2009 (de US\$ 4,2/kg em 2008 para US\$ 3,2/kg em 2009), aliado à redução de crédito internacional, em especial no mercado russo, maior importador da carne brasileira, provocou sério impacto no setor de frigoríficos, com fechamento de diversas unidades a partir de fevereiro último. O fechamento de uma unidade do Frigorífico Independência, em Janaúba, coloca Minas Gerais no centro dessa vertente da crise econômica.

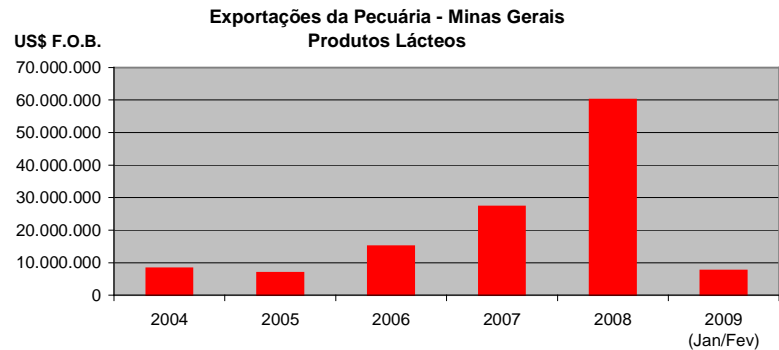
Segundo informações da Abrafrigo – Associação Brasileira de Frigoríficos – são 50 as unidades paralisadas em todo o Brasil, o que representa uma capacidade de abate de 30 mil cabeças/dia e de 15 mil empregos diretos. O setor aguarda negociação com os Ministérios da Fazenda e da Agricultura para a adoção de medidas de apoio, entre elas liberação de crédito tributário e crédito via BNDES.

Lácteos

Minas Gerais se destaca na produção nacional de leite fluido sem ostentar a mesma posição na produção e na exportação de laticínios. Questões relativas à política

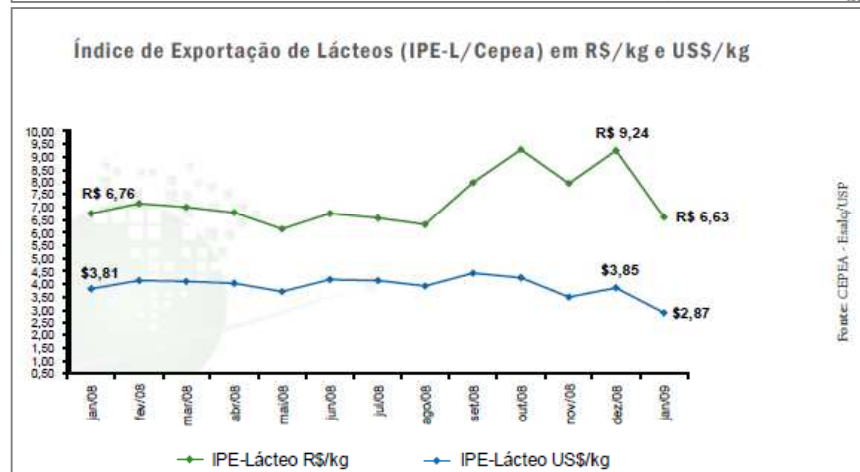
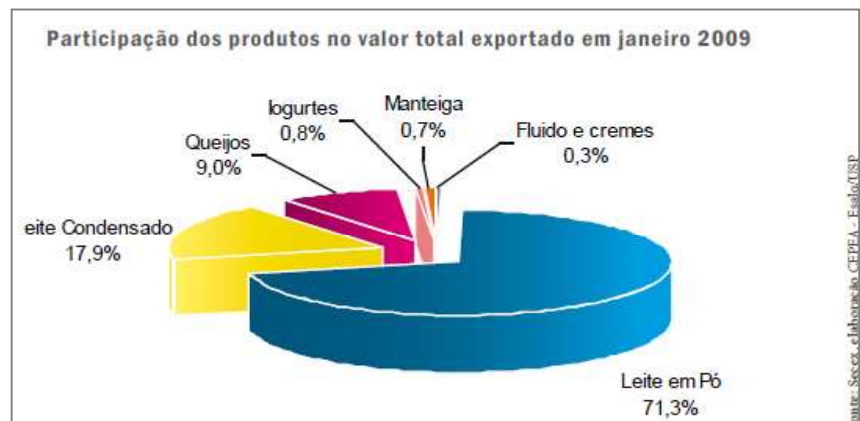
tributária do comércio de lácteos entre os Estados de Minas e São Paulo, com reflexos diretos na remuneração do produtor, estiveram no centro dos problemas setoriais em meados de 2008.

Apesar disso, dados do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior – MDIC – indicam expansão vigorosa da produção e da exportação de produtos lácteos por Minas Gerais a partir de 2005. Esse vigor, porém, não foi suficiente para barrar os efeitos da crise econômica internacional.



Dados nacionais relativos à balança comercial de lácteos, de janeiro de 2008, divulgados pelo Cepea – Esalq, indicam a interrupção de uma seqüência de 17 meses de *superavit* no setor.

Ancorado no leite em pó, responsável por 71% das exportações de produtos lácteos, o comércio externo tinha na Venezuela, até dezembro de 2008, seu principal parceiro. Os embarques para esse país em janeiro, reflexo de vendas ocorridas entre outubro e novembro passados, sofreu redução de 88,42% em relação a dezembro, aparentemente em decorrência da queda de mais de 50% no preço do petróleo, carro-chefe da economia venezuelana, no mesmo período.

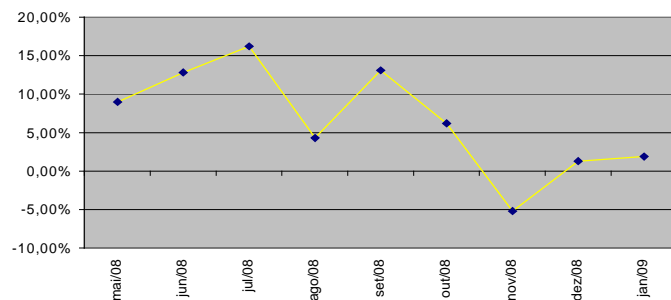


Ao todo, os embarques de janeiro encolheram 66% em relação a dezembro, e os preços, aferidos pelo Índice de Preços de Exportação de Látceos – IPE-L – do Cepea, caíram 25,5%, de US\$ 3,85/kg para US\$ 2,87/kg, de um mês para o outro. Para o leite em pó, especificamente, as cotações foram de US\$ 3.111/ton em janeiro, contra US\$ 4.139/ton em dezembro de 2008.

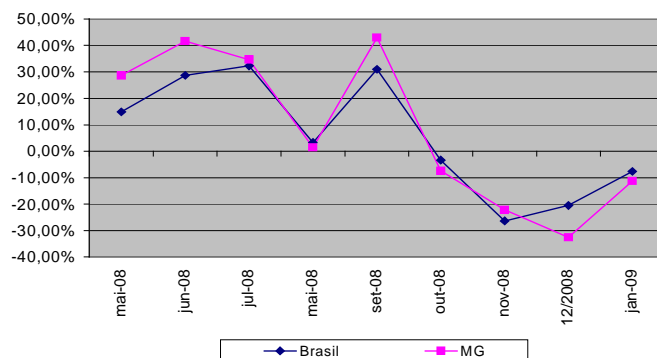
COMÉRCIO

As principais vias de contaminação do comércio varejista pela crise são o crédito e os níveis de emprego e de renda do consumidor. Em relação ao varejo mineiro, observa-se, a partir de setembro de 2008, uma desaceleração da taxa de crescimento das vendas do setor, invertendo a trajetória iniciada em janeiro do mesmo ano, na série de comparação anual. Em novembro, as vendas apresentaram o primeiro resultado negativo do ano (-5,2%), mas, a partir de dezembro, já se observa uma nova inflexão da curva de vendas, com leve recuperação em dezembro de 2008 e em janeiro deste ano.

Minas Gerais - Vendas do Comércio Varejista - Variação (%) em relação a igual mês do ano anterior



Minas Gerais - Vendas de Autos e Comerciais Leves Variação (%) em relação a igual mês do ano anterior



As vendas de veículos foram as mais afetadas, dada a redução no volume de crédito ao consumidor para compra de veículos novos. O impacto da redução do crédito nas vendas de veículos pode ser observado no gráfico ao lado. A partir de setembro, as vendas iniciaram um processo de forte desaceleração, apresentando resultados negativos nos meses de outubro (-7,42%), novembro (-22,21%) e dezembro (-32,52%), na comparação anual. A recuperação das vendas em janeiro se deve à redução do IPI sobre as vendas de automóveis. Porém, apesar dessa recuperação, o resultado de janeiro de 2009 ainda foi negativo (-11,22%) em relação a janeiro de 2008.

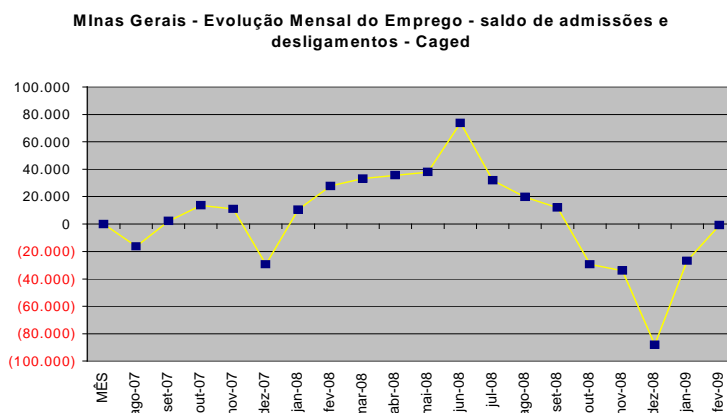
Os demais segmentos do varejo também sofreram o impacto da crise no último trimestre de 2008, especialmente os de bens duráveis, cujas vendas têm forte correlação com o crédito ao consumidor. O varejo de alimentos, por sua vez, vem se beneficiando da queda dos preços do grupo Alimentação no Domicílio, medida pelo IPCA, impulsionando a demanda por esse tipo de bem.

As condições favoráveis de crédito ao consumo, observadas nos nove primeiros meses de 2008, somadas à melhora do rendimento real e do emprego, foram os principais fatores de sustentação do resultado positivo do comércio varejista mineiro no ano passado. Há que observar se essas condições irão permanecer em 2009, tendo em vista a perspectiva de queda do nível de atividade econômica em decorrência da crise internacional.

EMPREGO E RENDA

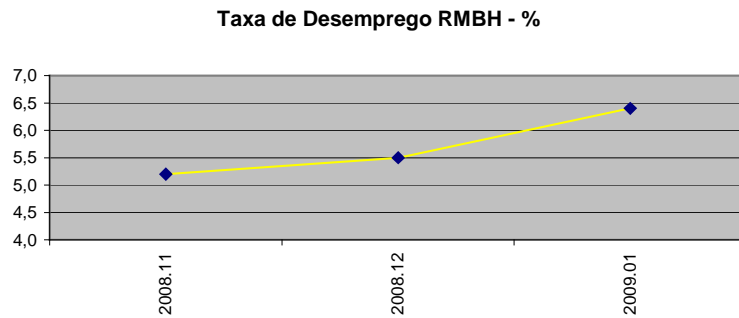
O impacto da crise sobre o mercado de trabalho em Minas Gerais pode ser medido pelos indicadores de emprego e desemprego no Estado. Dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged – relativos ao saldo de admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho no Estado mostram uma desaceleração no ritmo de crescimento da oferta líquida de vagas de junho a setembro de 2008. As admissões vinham superando as demissões até o mês de outubro, quando se inverteu essa tendência, ocorrendo nesse mês um aumento de 45,66% nos desligamentos, se feita comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar de historicamente o mês de dezembro ter mais desligamentos do que admissões, em 2008 os desligamentos foram 35,06% maiores e as admissões foram 7,61% menores que em 2007. De setembro a fevereiro, no entanto, o saldo entre admissões e demissões foi negativo, o que significa que foram fechados 179.000 postos de trabalho no Estado nesse período.

Os dados relativos a janeiro e fevereiro deste ano, por sua vez, mostram uma reação do mercado de trabalho, com redução das



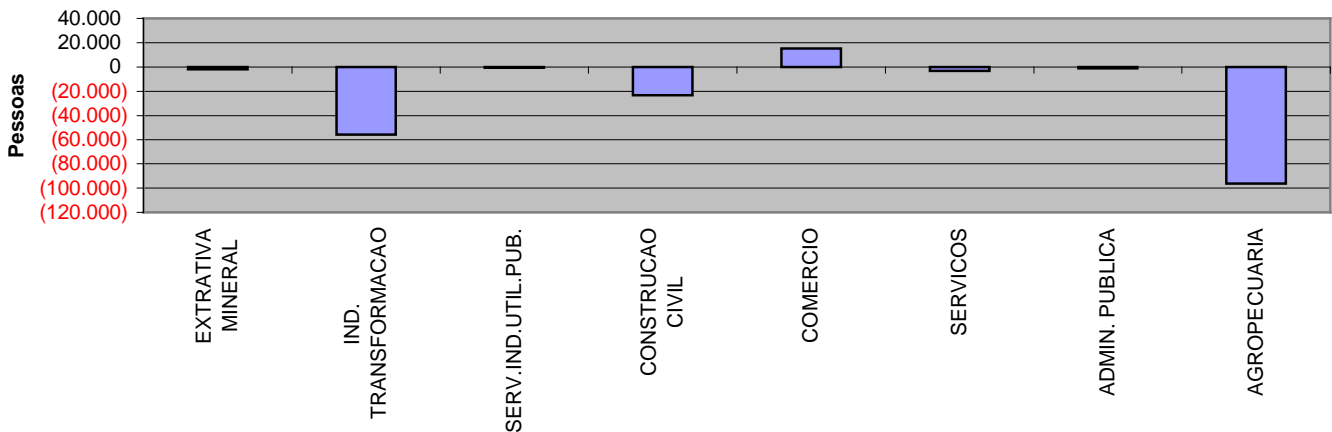
demissões e aumento das contratações. Porém, o saldo do bimestre ainda é negativo, tendo sido fechados 27.669 postos de trabalho no período.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte, medida pelo IBGE, cresceu de 5,2%, em novembro de 2008, para 6,4%, em janeiro deste ano, o que confirma os dados acima. Porém, em que pese o crescimento da taxa nesse período, esta se mantém em patamar baixo, se comparada às taxas observadas na série histórica de 2002 a 2009.



A análise setorial relativa ao período de outubro de 2008 a fevereiro de 2009 mostra que o comércio foi o único setor que apresentou resultado positivo em relação ao saldo de contratações/demissões. Nos demais setores, houve fechamento de postos de trabalho no período.

Minas Gerais - Emprego Formal - saldo (contratações - demissões), por setor de atividade econômica - período out/08 a fev/09



O rendimento médio real habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – cresceu 2,4% em fevereiro de 2009, na comparação com janeiro, e 8,3%, na comparação com fevereiro de 2008. No entanto, a massa de rendimento real efetivo da população ocupada na RMBH, estimada em R\$ 2.751 milhões em janeiro deste ano, apresentou queda de 24,3% em relação a

dezembro de 2008. A tendência, caso se confirme a expectativa de crescimento na taxa de desemprego, é de redução na massa de rendimento da população ocupada em 2009.

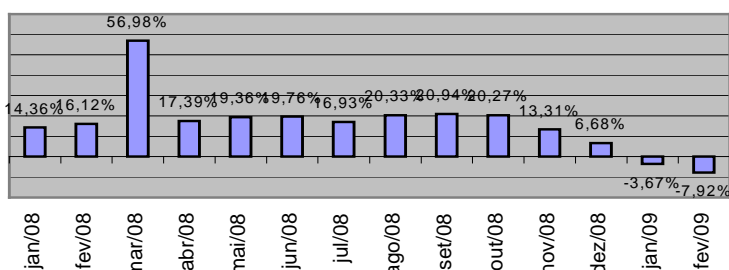
EIXO FINANÇAS PÚBLICAS

O Orçamento Fiscal do Estado para o ano de 2009 estima receitas no valor de R\$40,8 bilhões, sendo R\$34,6 bilhões (85% do total) receitas correntes¹ e R\$6,2 bilhões (15% do total) receitas de capital². Tais receitas foram estimadas projetando-se um crescimento do PIB de 5% para este ano. Entretanto, em consequência da crise financeira atual, as projeções do PIB para 2009 indicam crescimento próximo de “zero”, o que, certamente, implicará a revisão do

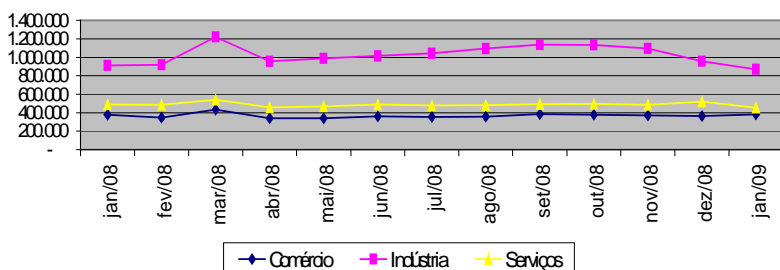
orçamento fiscal, tendo em vista, sobretudo, o impacto da redução no nível de atividade econômica sobre a arrecadação de ICMS, principal fonte de receita do Estado, responsável por 63,2% da receita tributária e 60,4% da receita orçamentária total.

Os dados divulgados pela Secretaria de Fazenda, relativos à arrecadação do ICMS nos dois primeiros meses deste ano, mostram a queda na arrecadação desse tributo. A arrecadação de janeiro caiu 3,67%, em relação a janeiro de 2008, e a de

Minas Gerais - Receita do ICMS
Variação (%) em relação a igual mês do ano anterior



Minas Gerais - Receita do ICMS por Setor de Atividade Econômica
R\$1.000,00 - valores correntes



¹ **Receitas Correntes:** são aquelas receitas oriundas: do poder impositivo do Estado (Tributária e de Contribuições); da exploração de seu patrimônio (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e as demais receitas, que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

² **Receitas de Capital:** são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital; e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.

fevereiro, 7,9%. Os gráficos acima mostram a desaceleração no crescimento da arrecadação do ICMS, a partir do último trimestre do ano passado, invertendo a trajetória de crescimento a taxas crescentes, observada no trimestre anterior.

A análise da arrecadação por setor econômico deixa evidente que esse resultado reflete o impacto da crise sobre o setor industrial, especialmente sobre a indústria de transformação, que participa com 50,6% da arrecadação de ICMS do Estado.

Nesse contexto, diante de um cenário de queda na arrecadação do ICMS, prevista para 2009, dado o impacto esperado da crise financeira sobre o nível de atividade econômica, duas questões importantes se apresentam:

1 - Diante da provável necessidade de redução das despesas públicas visando à manutenção do equilíbrio das contas estaduais, onde poderiam ser efetuados os cortes?

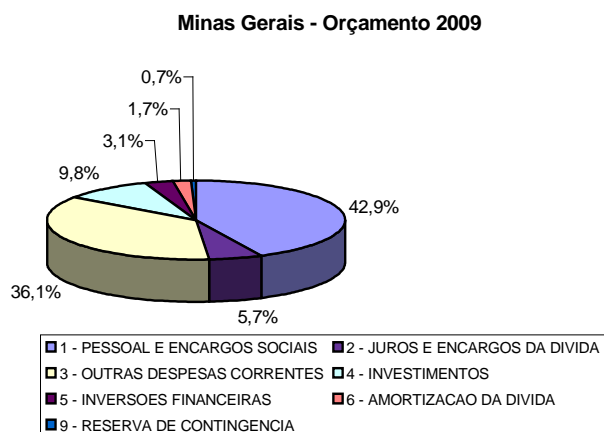
2 - Qual a capacidade de resposta do Estado à redução dos investimentos privados, dado o cenário mais provável de queda no nível de atividade econômica?

Numa tentativa de responder a essas questões, passamos à análise do orçamento do Estado para o exercício de 2009, com o objetivo de explicitar, com base nas informações sobre a natureza dos recursos que financiam o gasto público, as reais condições de que o Estado dispõe para interferir no domínio econômico, com vistas a sustentar o nível de atividade, bem como a margem da qual este dispõe para redução de despesas, com vistas ao equilíbrio fiscal.

O quadro e o gráfico abaixo mostram os recursos orçamentários distribuídos por grupos de despesa no orçamento corrente.

ORÇAMENTO FISCAL DE 2009 – DESPESAS FIXADAS – R\$1,00	
GRUPO DESPESA	CRÉDITO INICIAL
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.529.889.564,00
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.344.404.904,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.732.177.783,00
DESPESAS CORRENTES	34.606.472.251,00
4 - INVESTIMENTOS	4.001.887.331,00
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1.273.141.722,00
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	694.762.300,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	283.181.053,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.252.972.406,00
TOTAL	40.859.444.657,00

Fonte: Siafi MG, pesquisa realizada em 10/3/2009



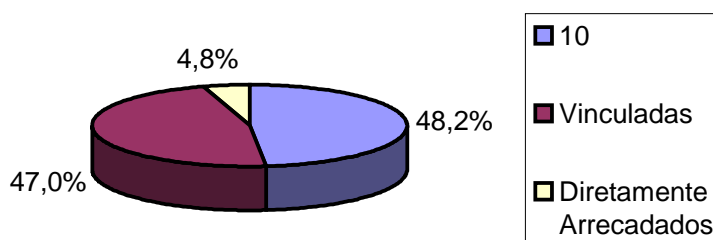
As despesas com pagamento de “pessoal e encargos sociais”, “juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida” são despesas consideradas “incomprimíveis”³, dadas as vinculações legais ou contratuais. Elas, portanto, a princípio, não podem ser reduzidas. Dessa forma, uma eventual redução de gastos, com vistas a equilibrar receita e despesa, teria que se ater aos grupos de despesas “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”⁴. Nesses grupos de despesa, por sua vez, apenas as despesas financiadas com recursos oriundos da fonte 10, “recursos ordinários”, poderiam ser objeto de contingenciamento, para efeito de redução de gastos, ou de anulação, para efeito de remanejamento, já que os

recursos oriundos das demais fontes são recursos vinculados, legal ou contratualmente, a determinado tipo de despesa. Assim, excluídas as despesas financiadas com recursos vinculados e,

portanto, não contingenciáveis, sobram R\$ 5.065.561.799,00, de recursos contingenciáveis⁵, ou seja, recursos que, em tese, o Estado poderia cortar ou remanejar, que representam 12,4% do total das despesas fixadas no orçamento fiscal.

Ainda assim, há que considerar que boa parte desses recursos ordinários está alocada em despesas que, por sua natureza, possuem um caráter de obrigatoriedade de execução, tais como recursos para contrapartida, contribuição para o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip, auxílios doença e funeral, alimentação e transporte. Na classificação orçamentária, esse detalhamento da destinação dos recursos é identificado pelo “Indicador de Procedência e Uso – IPU”. Portanto, a rigor, somente as despesas alocadas com o IPU 1, recursos recebidos para livre utilização, seriam passíveis de contingenciamento ou remanejamento. Essas despesas totalizam R\$ 4.117.862.605,00, ou 10% do total das despesas orçamentárias.

Minas Gerais - Orçamento 2009 - Distribuição de recursos por fonte



³ Despesas Incomprimíveis: Grupos de despesas 1, 2 e 6 + Recursos de fontes vinculadas dos demais Grupos.

⁴ Inversões Financeiras: despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e constituição ou aumento do capital de empresas.

⁵ Despesas contingenciáveis ou comprimíveis: recursos não vinculados (Fonte 10) para livre utilização (IPU 1) dos Grupos de Despesas: Outras Despesas Correntes + Investimentos + Inversões Financeiras.

Faz-se necessário, no entanto, atentar para o fato de que as despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” destinam-se à manutenção da máquina estatal, cuja atividade não pode ser paralisada, e que boa parte das despesas do grupo “investimentos” também já está contratada e, portanto, deve ser continuada. Assim,

poderíamos estabelecer, com base nos dados apontados acima, que uma estimativa otimista de margem para contingenciamento e/ou remanejamento nas despesas “comprimíveis”, mantidas as condições de atuação mínima do Estado, tanto na prestação de serviços públicos quanto na manutenção dos investimentos essenciais já contratados, seria da ordem de, no máximo, 30% do total dessas despesas, o que corresponde a R\$1.235.358.781,00, ou 3% do total das despesas orçamentárias.

Os quadros abaixo mostram a distribuição dos recursos de investimentos e de outras despesas correntes, passíveis de contingenciamento e/ou remanejamento. Observa-se que uma eventual redução de investimentos, com vistas ao equilíbrio fiscal, penalizaria especialmente as funções Saúde, Transporte, Segurança Pública e Ciência e Tecnologia, que, juntas, absorvem 87,6% do total desses recursos.

A mesma análise feita para os recursos alocados no grupo “Outras Despesas Correntes” mostra que, em caso de contingenciamento, as funções mais afetadas seriam “Saúde”, “Segurança Pública”, “Administração” e “Encargos Especiais”⁶, que, juntas absorvem 77,5% desses recursos.

Minas Gerasi - Orçamento de 2009 - Despesas Comprimíveis x Despesas Incomprimíveis



Minas Gerais – Orçamento 2009 – Investimentos, comprimíveis, por função (R\$ 1,00)

(Grupo de despesa 4, fonte de recurso 10 e IPU 1)	
Função	Valor Crédito Inicial

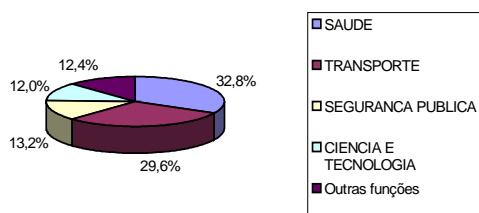
⁶ A função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

SAÚDE	498.443.500,00
TRANSPORTE	450.190.066,00
SEGURANÇA PÚBLICA	199.759.568,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	181.696.935,00
Total das demais funções	188.304.169,00
ADMINISTRAÇÃO	71.092.364,00
URBANISMO	33.403.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	16.341.000,00
DESPORTO E LAZER	14.540.000,00
CULTURA	12.214.400,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.652.500,00
INDÚSTRIA	6.930.000,00
LEGISLATIVA	6.868.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	5.715.000,00
JUDICIÁRIA	4.200.000,00
AGRICULTURA	3.363.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.645.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	157.905,00
TRABALHO	115.000,00
RELAÇÕES EXTERIORES	50.000,00
EDUCAÇÃO	17.000,00
TOTAL	1.518.394.238,00

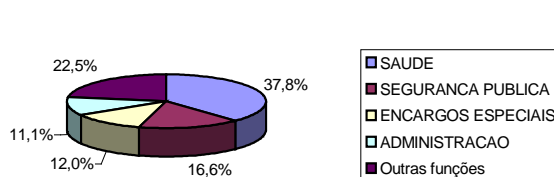
Função	Valor Crédito Inicial
SAÚDE	931.124.010,00
SEGURANÇA PÚBLICA	407.536.117,00
ENCARGOS ESPECIAIS	294.015.155,00
ADMINISTRAÇÃO	273.117.443,00
Total das demais funções	554.272.642,00
LEGISLATIVA	107.303.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	69.365.263,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	64.602.810,00
EDUCAÇÃO	52.719.687,00
CULTURA	48.527.134,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39.035.318,00
JUDICIÁRIA	38.847.694,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	29.980.996,00
AGRICULTURA	24.446.482,00
DESPORTO E LAZER	17.843.998,00
TRANSPORTE	14.257.913,00
TRABALHO	13.728.200,00
DIREITOS DA CIDADANIA	11.878.033,00
URBANISMO	7.863.852,00
INDÚSTRIA	5.555.396,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.442.240,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.280.878,00
SANEAMENTO	2.002.000,00
COMUNICAÇÕES	1.591.748,00
RELAÇÕES EXTERIORES	700.000,00
HABITAÇÃO	416.000,00
ENERGIA	200.000,00
TOTAL	2.460.065.367,00

Minas Gerais – Orçamento 2009 – Outras Despesas Correntes, comprimíveis, por função (R\$ 1,00) (Grupo de despesa 3, fonte de recurso 10 e IPU 1)

Minas Gerais - Orçamento 2009 - Investimentos comprimíveis por função



Minas Gerais - Orçamento 2009 - "Outras Despesas Correntes" comprimíveis por função



Pode-se concluir, com base nas considerações acima, que a margem de atuação do Estado, no redimensionamento de despesas, com vistas ao equilíbrio orçamentário, é pequena.

Se confirmadas as expectativas de queda na arrecadação de ICMS, que, num cenário razoável, poderia cair até 5% este ano, a perda de receita somente com esse tributo seria de, aproximadamente, R\$710 milhões em 2009, sendo a margem para contingenciamento de despesas estimada em R\$1,2 bilhão.

Por outro lado, uma ação mais forte de intervenção do Estado no domínio econômico, com vistas a compensar a queda do investimento privado por meio do aumento do investimento público, é pouco plausível, dadas as restrições orçamentárias em um cenário de queda de arrecadação.

MUNICÍPIOS

O impacto da crise financeira nos municípios mineiros se dá através de duas vias principais: a queda na produção e exportação de commodities agrícolas e minerometalúrgicas e a redução nas receitas municipais, relativas às transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

O setor industrial, cuja participação no PIB total do Estado é de 31,8%, concentra 68% do PIB do setor nas indústrias extrativa mineral e de transformação, segmentos estes em que estão inseridas as indústrias exportadoras de commodities minerometalúrgicas. Em razão da queda na produção e na exportação dessas commodities, tendo em vista a queda nos preços e na demanda internacional por esses produtos, os municípios onde se encontram as empresas desse segmento estão apresentando queda na receita oriunda da CFEM.

A CFEM foi estabelecida pela Constituição de 1988, em seu art. 20, § 1º, como uma forma de compensação pela utilização econômica dos recursos minerais nos territórios dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da União. A Compensação Financeira é paga por quem exerce atividade de mineração, sendo calculada sobre o valor do faturamento líquido obtido na venda do minério (valor da venda deduzida de ICMS, PIS e COFINS e de despesas com transporte e seguro). Quando o produto mineral é consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador, considera-se como valor, para efeito do cálculo da CFEM, a soma das despesas diretas e indiretas ocorridas até o momento da utilização do produto.

As alíquotas aplicadas para obtenção do valor da CFEM são: 3% para minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio; 2% para ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias; 0,2% para pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres; e 1% para ouro.

Os recursos originados da CFEM não podem ser utilizados em pagamento de dívida ou de pessoal permanente. Essas receitas devem ser aplicadas em projetos que

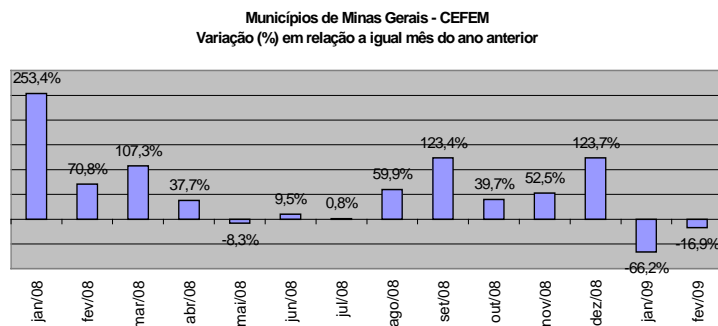
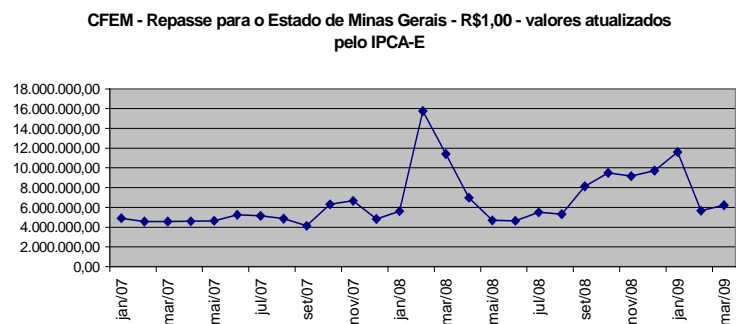
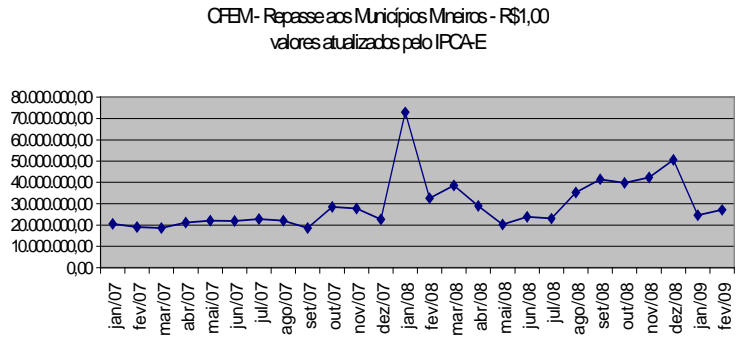
beneficiem a comunidade local na forma de melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde ou da educação. Os recursos da **CFEM** são distribuídos da seguinte forma:

- 12% para a União (DNPM, Ibama e MCT);
- 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral;
- 65% para o município produtor, onde ocorre a extração da substância mineral.

Os gráficos ao lado mostram a transferência de **CFEM** ao Estado de Minas Gerais (23%) e aos municípios mineiros (65%). Em ambos, observa-se uma redução significativa do valor da **CFEM** nos dois primeiros meses deste ano. Observa-se que o valor total de recursos transferidos aos municípios nos meses de janeiro e fevereiro de 2009 é

inferior ao valor dos seis últimos meses de 2008. Os dados parciais do repasse da **CFEM** ao Estado de Minas Gerais em março de 2009 foram obtidos no dia 18/3, no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Na comparação anual, relativa à transferência da contribuição, também é possível confirmar os efeitos da crise financeira nos municípios do Estado. Em janeiro e fevereiro deste ano, houve redução de 66,2% e de 16,9% no valor transferido, em comparação com os mesmos meses de 2008. Tais efeitos são sentidos especialmente pelos “municípios mineradores”, visto que esses recursos são repassados diretamente aos municípios onde foram realizadas operações de venda de produtos minerais. Dados do Departamento

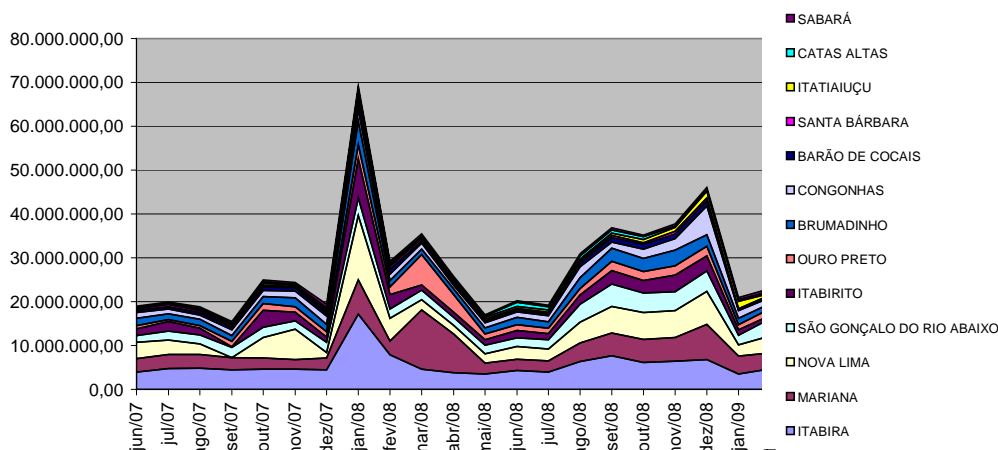


Nacional de Produção Mineral, relativos ao repasse da contribuição em 2007, mostram que apenas 13 municípios concentraram 87% do valor total da CFEM destinada aos municípios mineiros. Já no ano de 2008, esse percentual chegou a 90%, confirmando a existência de uma grande concentração na destinação desses recursos no Estado.

Os 13 municípios com maior receita de CFEM, com base nos dados de 2008, foram Barão de Cocais, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Itatiaiuçu, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Sabará, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo, todos localizados na Região Central do Estado.

No gráfico abaixo observamos a evolução da transferência da CFEM aos 13 municípios que mais receberam recursos em 2008. É possível observar a queda da transferência nos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

Minas Gerais - Transferência de CFEM aos 13 Municípios com maior participação em 2008 - R\$ 1,00



A tabela abaixo comprova a grande dependência dessas economias municipais em relação aos recursos da CFEM. No ano de 2007, a participação da CFEM na receita orçamentária dos 13 maiores “municípios mineradores” foi alta. Em alguns municípios, a CFEM corresponde a mais de 20% da receita orçamentária, chegando a 47% no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

Minas Gerais – Transferência da CFEM para os Municípios – R\$1,00 – valores atualizados pelo IPCA-E			
Município	Receita total – 2007	Total CFEM – 2007	% da CFEM na receita total do município
São Gonçalo do Rio Abaixo	43.193.146,80	20.156.100,92	47%
Mariana	129.994.225,89	35.462.385,52	27%
Brumadinho	68.170.969,70	18.341.827,55	27%
Itatiaiuçu	17.384.218,91	4.250.917,31	24%
Itabira	234.434.649,94	54.141.521,81	23%
Itabirito	90.581.714,20	19.537.679,81	22%

Nova Lima	202.794.027,18	35.356.227,64	17%
Barão de Cocais	46.828.384,84	7.515.949,02	16%
Santa Bárbara	36.098.032,35	5.085.232,59	14%
Catas Altas	10.125.422,20	1.417.311,16	14%
Congonhas	123.504.340,84	13.629.077,90	11%
Ouro Preto	136.133.504,78	10.484.995,34	8%
Sabará	99.165.149,93	4.695.699,81	5%

Fonte: DNPM

Portanto, pode-se concluir, com base nos dados apresentados, que a queda da transferência desses recursos tem impacto direto sobre as finanças municipais e, conseqüentemente, sobre os gastos públicos nas áreas de infra-estrutura, qualidade ambiental, saúde e educação. Considerando que os orçamentos municipais para 2009 foram elaborados em um período em que a transferência de recursos de CFEM era alta, a previsão de receitas pode estar comprometida, caso esse quadro não se reverta no longo prazo.

As transferências de recursos do FPM, por sua vez, também caíram, especialmente, em conseqüência da redução da receita do IPI, decorrente da queda no nível de atividade econômica e da redução do imposto sobre a venda de automóveis – medida recentemente adotada pelo Governo Federal.

A Constituição Federal, ao tratar do Sistema Tributário Nacional, estabelece que parte das receitas federais arrecadadas pela União será repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os municípios, previstas na Constituição, destacam-se:

- o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);
- o Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados – FPEX;
- o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb;
- o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

De acordo com o art. 159, I, “b”, da Constituição Federal, a União entregará aos municípios 22,5% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR –, e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, recursos estes que compõem o FPM. A Emenda Constitucional nº 55, de 2007, acrescentou a alínea “d” ao art. 159, destinando mais 1% do produto destes tributos ao

FPM, a ser entregue aos municípios no primeiro decênio do mês de dezembro de cada ano.

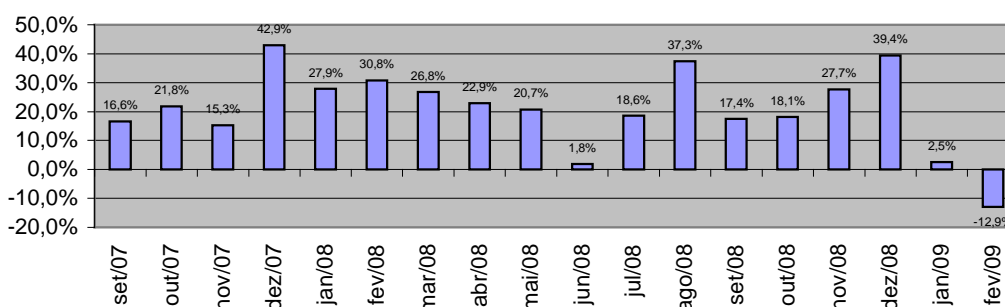
O art. 159, II, por sua vez, determina que a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – e que esse percentual será distribuído entre os Estados proporcionalmente ao valor de suas exportações de produtos industrializados. Do montante de recursos que cabe a cada Estado, 25% (vinte e cinco por cento) têm que ser repassados aos respectivos municípios. Os critérios para o repasse desses recursos são os mesmos estabelecidos para o repasse do ICMS aos municípios, a saber:

- Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;
- Até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

Nota-se que uma redução na arrecadação do IPI afeta duplamente o montante das transferências federais para o município: além da diminuição da parcela do FPM a ser repassada pela União, reduz-se também a parcela do Fundo de Ressarcimento das Exportações que cabe ao Estado entregar aos municípios.

O impacto negativo nas finanças municipais, causado pela redução do FPM, pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Minas Gerais - Transferência de FPM aos Municípios - Variação (%) em relação a igual mês do ano anterior



Dos 853 municípios do Estado, 789 (92,5% do total) são municípios de pequeno porte, com população de até 50.000 habitantes. Esses municípios são os que recebem a maior parte dos recursos do FPM transferidos para o Estado. Em 2008, o valor destinado a esses municípios correspondeu a 72% do total transferido.

Minas Gerais – Perfil dos Municípios			
Grupos Territoriais	Nº de Municípios	População Total	%
PEQUENO PORTE – 1 de 1 a 20.000 hab.	682	5.200.744	80,0
PEQUENO PORTE – 2 de 20.001 a 50.000 hab.	107	3.129.433	12,5
MÉDIO PORTE – de 50.001 a 100.000 hab.	38	2.709.982	4,5
GRANDE PORTE – de 100.001 a 900.000 hab.	25	5.820.437	2,9
METRÓPOLE – mais de 900.001 hab.	1	2.412.937	0,1
MINAS GERAIS	853	19.273.533	100

FONTE: IBGE. Contagem da População, 2007.

A maioria desses municípios caracteriza-se pelo alto grau de dependência em relação às transferências de recursos do Estado (ICMS) e da União (FPM) e pelo baixo potencial de arrecadação própria, em razão do tamanho de sua população e do baixo dinamismo de suas economias. A análise das finanças municipais realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base no cruzamento de dados de receita, PIB e população dos municípios, no ano-base 2000, confirma essa dependência, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

Brasil – 2000 – Análise das Finanças Municipais por porte de município					
Porte de População em 2000	Nº de Municípios em 2000	Total da População em 2000	Arrecadação própria / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %	ICMS / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %	FPM / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %
POP > 1.000.000	12	32.279.841	59,8	34,4	5,8
1.000.000 > POP > 300.000	53	25.685.499	38,64	47,81	13,55
300.000 > POP > 50.000	447	46.173.357	27,31	46	26,7
POP < 50.000	4.662	58.078.165	10,64	36,49	52,87
TOTAL	5.174	162.216.862	31,63	39,91	28,46

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Brasil – 2000 – Análise das Finanças Municipais por grupos de PIB					
Grupos de PIB em 2000 – R\$	Nº de Municípios em 2000	Total da População em 2000	Arrecadação própria / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %	ICMS / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %	FPM / (Arrecadação própria + ICMS + FPM) %
PIB > 4.000 milhões	35	42.218.814	53,18	40,96	5,86
4.000 > PIB > 500 milhões	253	43.921.816	33,25	45,74	21,01
500 > PIB > 50 milhões	1.514	46.167.701	17,31	42,12	40,57
PIB < 50 milhões	3.372	29.908.531	4,07	25,07	70,87
TOTAL	5.174	162.216.862	31,63	39,91	28,46

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Pode-se verificar que os municípios de pequeno porte, com população de até 50.000 habitantes, assim como os municípios mais pobres, com PIB de até R\$50 milhões, são os que apresentam maior dependência das receitas de transferência do FPM e grande dependência de transferência do ICMS.

A análise por porte de município mostra que, no grupo de municípios de pequeno porte, com população de até 50.000 habitantes, a receita de transferência de ICMS representa 36,49% da receita tributária total, e a de FPM, 52,87%. Essa dependência é ainda maior no grupo dos municípios mais pobres. Nos municípios com PIB inferior a R\$50 milhões, a participação do FPM na receita tributária total é de 70,87% e do ICMS 25,07%.

Caso se concretize a perspectiva de queda no valor das transferências de FPM em 2009, em decorrência da redução esperada no nível de atividade econômica, com reflexos negativos sobre a arrecadação do IPI, os municípios de pequeno porte, assim como os mais pobres, sofrerão impacto financeiro importante, o que certamente irá comprometer a sua capacidade, seja de investimento, seja de prestação dos serviços públicos. Vale ressaltar que eles representam a quase totalidade dos municípios e que se encontram dispersos por todas as regiões do Estado. Assim, é plausível concluir que os problemas decorrentes do impacto da crise econômica nas finanças desses municípios terão repercussão em todo o Estado de Minas Gerais.